

CARACTERIZAÇÃO DE PRATICANTES DE ESPORTES PARALÍMPICOS E DE LAZER ADAPTADOS EM LOCAIS PÚBLICOS DE UM MUNICÍPIO DO INTERIOR DE SÃO PAULO

PARALYMPIC SPORTS, PRACTITIONERS CHARACTERIZATION AND ADAPTED LEISURE IN PUBLIC PLACES OF A MUNICIPALITY OF SÃO PAULO

CARACTERIZACIÓN DE PRACTICANTES DE DEPORTES PARALÍMPICOS Y LAZER ADAPTADOS EN LOCALES PÚBLICOS DE UN MUNICIPIO DEL SÃO PAULO

Mateus Aparecido Stahl

garrastahl@yahoo.com.br

Universidade Metodista de Piracicaba

Rute Estanislava Tolocka

rnpem@yahoo.co.uk

Universidade Metodista de Piracicaba

RESUMO

O presente trabalho buscou identificar locais, condições de acessibilidade, modalidades e praticantes de esportes paralímpicos. Trata-se de uma pesquisa de campo, realizada em dez praças esportivas de um município do interior de São Paulo e sujeitos encontrados nelas. Foram utilizados diários de campo e questionários. Nenhum local foi considerado totalmente acessível, apenas um oferece a prática de esporte paraolímpico e na modalidade basquete sobre roda. Foram encontrados oito sujeitos do sexo masculino, com idades entre 21-45 anos, praticantes da modalidade. Há potencial para prática do esporte, mas a falta de infraestrutura, incentivos e investimentos, são fatores limitantes para a prática.

Palavras-Chave: Esporte paralímpico; Pessoas com deficiência; Acessibilidade

ABSTRACT

The present work aimed to identify places, conditions of accessibility, modalities and practitioners of Paralympic sports. It is a field research, carried out in ten sport squares of a municipality of São Paulo and persons that use it. Field diaries and questionnaires were used. No sport square was considered fully accessible, only one offers the practice of Paralympic sport and it was wheelchair basketball. Eight male subjects, aged between 21- 45 years old, were found and they practiced this modality. There is potential for sport practice, but the lack of infrastructure, incentives and investments are limiting factors for it.

Keywords: Paralympic sport , people with disabilities, accessibility.

RESUMEN

El presente trabajo buscó identificar locales, condiciones de accesibilidad, modalidades y practicantes de deportes paralímpicos. Se trata de una investigación de campo, realizada en diez plazas deportivas de un municipio de São Paulo y sujetos encontrados en esas plazas. Se utilizaron diarios de campo y cuestionarios. Ningún sitio fue considerado totalmente accesible, sólo uno ofrece la práctica de deporte paraolímpico y en la modalidad baloncesto sobre rueda. Se encontraron ocho sujetos, sexo masculino, con edades entre 21-45 años, practicantes de la modalidad. Hay potencial para la práctica del deporte, pero la falta de infraestructura, incentivos e inversiones, son factores limitantes para esto.

Palabras Clave: deporte paralímpico , personas con discapacidad , la accesibilidad.

1 Introdução

Esportes adaptados para pessoas com deficiência tem sido praticados há mais de meio século (BAILEY, 2008). Vários esportes já foram adaptados para esta clientela, tais como basquete sobre rodas, atletismo, natação, dentre outros. Há também esportes concebidos especialmente para as pessoas com deficiência, como por exemplo o goolball (WINNICK, 1990), que é jogado por deficientes visuais e existe ainda iniciativas voltadas para atividades que permitam a participação de pessoas com e sem deficiência, como ocorre com a dança esportiva em cadeira de rodas que é realizada em duplas, sendo necessariamente uma pessoa com deficiência física e a outra não (TOLOCKA, 2003).

Os primeiros relatos da prática de esportes adaptados foram em 1924, por pessoas com deficiência auditiva com a criação do Comitê Internacional de Esportes do Silêncio. No ano de 1939, na Inglaterra, Ludiwg Guttman começou a trabalhar com lesados medulares e utilizar o esporte como parte do processo de reabilitação dos pacientes (MELLO; WINCKLER, 2012). Ele realizou jogos internacionais buscando a entrada de pessoas com deficiência nas olimpíadas, o que possibilitou a formação de equipes e posteriormente a criação dos jogos paralímpicos, que impulsionaram a prática de esportes ao redor do mundo.

A prática de atividade física para pessoas com deficiência promove benefícios já reconhecidos pela literatura, entre eles podem ser citados: melhoras na performance aeróbia e em habilidades funcionais (ABEL, 2006; HETTINGA, 2008; FURMANIUK, 2010), aumento da força muscular e diminuição da velocidade de encurtamento muscular e aumento da densidade muscular, e do volume de ejeção (TOLOCKA, 1996), diminuição na incidência de complicações médicas (infecções urinárias, escaras e infecções renais) (SILVA, OLIVEIRA, CONCEIÇÃO, 2005).

Esta prática promove também inserção social, mas para isso é necessário que barreiras arquitetônicas sejam superadas. Para tanto, foi criado o Comitê Brasileiro de Acessibilidade e a Comissão de Edificações e Meio que elaboraram a NBR-9050, que normatiza edificações, espaços e equipamentos urbanos quanto à acessibilidade.

Essa norma teve sua 2ª Edição em 2004 e estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados em projetos, construções, instalações e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos e suas condições de acessibilidade. Essa norma visa assegurar ao maior número de pessoas o acesso à ambientes de forma autônoma e segura.

No que se refere à legislação brasileira, foi instituída em 1989, a lei 7.853 que trata do apoio às pessoas com deficiência bem como sua inclusão na sociedade, assegurando o direito à educação, à saúde, ao lazer e ao amparo a infância e à maternidade. Como forma de legitimar e garantir o direito das pessoas com deficiência, também foi aprovada a Lei no. 13146, que

Instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) no qual é explicitado o direito destas pessoas à prática de lazer e esportes (BRASIL, 2015).

A prática de atividades esportivas e de lazer adaptados tem sido promovida pelo movimento do Esporte Paralímpico e conseqüentemente tem sido bastante visualizada nos meios de comunicação e isto tem levado ao aumento da procura por estas atividades.

Assim, estudos que auxiliem no planejamento de políticas públicas são necessários e para isto é importante que se conheçam características dos locais disponíveis para a prática, pois isto permitirá a identificação de itens a serem discutidos e ações a serem realizadas a curto, médio e longo prazo, em parcerias entre Universidades e setores públicos (secretaria de esportes, ministério de esportes e ministério de Cultura) e ou privado (clubes, instituições de apoio a pessoa com deficiência).

Neste sentido, o presente trabalho teve como objetivo a caracterização de praticantes de esportes paraolímpicos e de lazer adaptados e a verificação de condições de acessibilidade em locais públicos destinados a estas práticas.

2 Materiais e Métodos

Tipo de pesquisa

Trata-se de uma pesquisa de campo (MARCONI; LAKATOS, 2002) realizada em praças esportivas públicas de um Município do interior de São Paulo. A cidade escolhida conta com uma população de aproximadamente 365 mil pessoas, com faixa etária predominante entre 30 a 45 anos, PIB per capita entre os 50 maiores do Estado de São Paulo.

Instrumentos

Os dados foram coletados através de: 1) diário de campo, com registros sobre condições de acessibilidade dos locais visitados baseados na norma NBR 9050; 2) questionário com praticantes de esportes e lazer adaptados encontrados nos locais; 3) Questionário Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB), visando traçar o perfil sócio demográfico dos entrevistados.

Para análise das entrevistas e de respostas a perguntas abertas no questionário com praticantes foram feitas: a) transcrição integral da fala dos informantes; b) análise da coletânea de narrativas, agrupando-as como um todo ou fragmentadas em torno de temas comuns; c) interpretação dos significados a partir de todas as pistas úteis; d) observação de palavras-chave e frases.

Locais

A escolha dos locais visitados ocorreu a partir de dados do Instituto de Pesquisas da cidade. Foram escolhidos os locais designados como com “Sistema de Lazer Implantado”. Assim foram observadas duas praças de cada região da cidade, escolhidas por quantidade de equipamentos de lazer disponível (verificados em visitas prévias ao local), que por conseguinte estão em locais com maior concentração de pessoas.

Sujeitos

Foram entrevistados os sujeitos que se encontravam na praça esportiva nos dias das visitas para coleta de dados.

Cuidados éticos

Por tratar-se de uma pesquisa que envolve seres humanos e atendendo as normas da portaria 251/2012 do Conselho Nacional de Saúde, foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa, com o protocolo número 07/14. Todas as pessoas participantes deste estudo assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido TCLE e a prefeitura do Município concedeu autorização para o estudo.

3 Resultados e Discussão

Dados do Instituto de Pesquisas da cidade mostram que os espaços públicos foram sistematizados e classificados conforme a sua ocupação, da seguinte maneira:

Sistema de Lazer Implantado: áreas resultantes de parcelamento de solo destinadas para Sistemas de Lazer que apresentam alguma infra estrutura para o lazer; Sistema de Lazer Não Implantado: áreas resultantes de parcelamento de solo destinadas para Sistemas de Lazer a serem estruturadas para o lazer; Sistema de Lazer Ocupado com Equipamento Público: áreas resultantes de parcelamento de solo destinadas para Sistemas de Lazer que foram ocupadas com equipamento público (escolas, creches, postos de saúde, etc.); Sistema de Lazer Ocupado com Favela: áreas resultantes de parcelamento de solo destinadas para Sistemas de Lazer que foram ocupadas irregularmente com moradias; Sistema de Lazer Ocupado por Outros: áreas resultantes de parcelamento de solo destinadas para Sistemas de Lazer que foram ocupadas com outros fins que não o lazer (igrejas, associações, etc.); Sistema de Lazer em Área de Preservação Permanente: áreas resultantes de parcelamento de solo destinadas para Sistemas de Lazer, onde o sistema de lazer coincide com Áreas de Proteção Permanente.

O sistema de lazer implantado foi selecionado como alvo das visitas por possuir alguma infra-estrutura de lazer. O Município dispõe de mais de trezentas praças com sistema de lazer implantado, das quais foram observadas, duas áreas de cada região, exceto zona rural.

As praças observadas foram: Região Central (C), sendo área 1 (C1) e C2; Leste: L1 e L2; Oeste: O1 e O2; Norte: N1 e N2; Sul: S1 e S2.

Os principais itens observados nas praças foram: condições de acessibilidade em banheiros, vestiários e estacionamentos, sistemas de sinalização horizontal e vertical, equipamentos de lazer disponíveis e atividades realizadas nos locais.

Na área C1 foram encontrados banheiros acessíveis, sanitário individual com barras de apoio, estacionamentos com vagas especiais. Os equipamentos disponíveis foram: academia ao ar livre, academia ao ar livre para pessoas com necessidades especiais (adaptada), pista de caminhada de 2000m, lago e barras fixas. O local não possuía vestiários, nem pisos adaptados com capachos. Não foram observadas atividades esportivas e de lazer adaptadas sendo realizadas. O contato feito no local foi com o zelador que informou já ter observado grupos de pessoas com deficiência frequentam o local, no entanto não soube precisar dia e horário. Foram realizadas duas visitas nesse local na qual não foram encontradas pessoas praticando atividades de esporte ou lazer.

Na C2 foram verificados banheiros acessíveis, com sanitários individuais com barras de apoio, arquibancadas com passagem entre escadas com mínimo de 1 metro, vestiários, piscina olímpica, piscina adaptada com rampa e corrimão e barras laterais, piscina de biribol, estacionamentos com vagas especiais, quadras poliesportivas, pista de atletismo, campo de futebol e academia de musculação. A atividade observada no local foi o basquete sobre rodas. O contato local foi com os professores responsáveis pelas atividades. Foram feitas quatro visitas nesse local.

A praça localizada na L1 possuía banheiros acessíveis com sanitário individual e vestiários, porém com acesso obstruído; arquibancadas de madeira; estacionamento sem vagas especiais; academia ao ar livre, campo de futebol gramado; campo de areia; pista de caminhada; barras fixas e mesas para jogos de tabuleiro. Não foram observadas atividades adaptadas sendo realizadas. O contato no local foi feito com a zeladora que informou nunca ter observado atividades esportivas adaptadas no local. Foram feitas duas visitas nessa praça.

Na L2 havia um ginásio poliesportivo com arquibancadas, cobertura e iluminação; três vestiários com sanitários individuais e adaptados; quatro quadras de vôlei de areia e duas quadras de malha. Não foi verificado no local estacionamento com vagas especiais, também não havia praticantes de atividades adaptadas.

Na região Oeste, O1, foram encontrados um campo de futebol gramado e sem iluminação; uma quadra poliesportiva e uma pista de skate. O local não possuía banheiros adaptados, nem vestiários ou vagas especiais de estacionamento.

A segunda praça observada na região Oeste O2 possuía ginásio poliesportivo; arquibancada para 1.200 pessoas; dois vestiários; campo de futebol oficial, sem iluminação, com vestiários e uma quadra poliesportiva iluminada.

A área N1 possuía banheiros acessíveis, com sanitários individuais e barras de apoio; vestiário junto com os banheiros; estacionamentos sem vagas especiais de acordo com as normas da ABNT. Os equipamentos observados foram: academia ao ar livre; pista de skate; campo de areia; pista de caminhada; parque infantil e barras fixas. Não foram observadas atividades adaptadas sendo realizadas. Em contato, a zeladora informou que não é realizada atividades esportivas e de lazer adaptadas naquele local.

A N2 não possuía banheiros, o estacionamento não tinha vagas especiais. O local possuía campo de areia, pista de caminhada, barras fixas e academia ao ar livre. Não foram observadas atividades adaptadas sendo realizadas.

O local visitado na S1 possuía banheiros, porém sem acesso público (trancado); campo de futebol

gramado; campo de areia; parque infantil; academia ao ar livre e barra fixa. Não havia responsável no local, nem atividades sendo realizadas no hora das visitas.

Na área S2 foram verificados: pista de corrida / caminhada; ciclovia; academia ao ar livre; barra fixa; mesas para jogos de tabuleiro; salão para atividades e banheiros com sanitário individual adaptado. O local é muito freqüentado para realização de atividade física, porém não foi observado atividade adaptada sendo realizada durante a visita.

Tabela – Condições de acessibilidade dos Parques Esportivos

REGIÃO	NOME DA PRAÇA	Quantidade de equipamentos esportivos e de lazer	Banheiros com sanitários individual e acessível	Vestiários	Estacionamento com vagas especiais	Comunicação e sinalização em braile	Piso: antiaderente com capachos embutidos	Atividades esportivas realizadas no local
Centro	C1	5	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não
	C2	8	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Basquete sobre rodas
Leste	L1	6	Sim	Sim*	Não	Não	Não	Não
	L2	7	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
Oeste	O1	3	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	O2	3	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
Norte	N1	5	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
	N2	4	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Sul	S1	4	*	Sim*	Não	Não	Não	Não
	S2	6	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não

* Local obstruído.

Entre os dez parques visitados, apenas um, localizado na região central da cidade, possuía quantitativamente melhor infra-estrutura e condições de acessibilidade.

Não foram encontrados Parques que pudessem ser considerados totalmente acessíveis, ou seja, nenhuma área visitada possuía todos os itens indicados pela NBR9050. Esse fato está em conformidade com os achados de Tagliari et al. (2006) que analisaram 14 escolas para aferir seu nível de acessibilidade e constataram que a maioria não possuía sequer projeto para eliminar barreiras arquitetônicas e também não tinha profissional capacitado para atender esse público específico.

O item de sinalização de solo, direcional ou de alerta não apareceu em nenhum dos espaços aqui observados, fato este que dificulta a frequência de pessoas com algum tipo de deficiência visual, como também ocorreu no estudo de Silva et al. (2012) que verificaram a acessibilidade em um Parque Público Esportivo da região central do Município de Campo Grande, Mato grosso do Sul.

Dos locais vistoriados, apenas três possuíam vagas especiais de estacionamento (C1, C2 e S2), sete parques possuíam vestiários (C2, L1, L2, O2, N1, S1 e S2). Quanto a banheiros e sanitários acessíveis e adaptados, os locais O1 e N2 não possuíam e o local S1 estava com acesso obstruído. A forma de comunicação em braile ficou ausente em todos os parques visitados.

Os dados aqui encontrados estão de acordo com Azzini (2013) que verificaram espaços e equipamentos públicos e de lazer esportivos e suas condições de acessibilidade no mesmo Município alvo do presente estudo, três anos antes e já haviam apontado barreiras arquitetônicas, falhas na adaptação e funcionalidade dos equipamentos, caracterizando todas as áreas de lazer investigadas como insatisfatórias em termos de acessibilidade. Verifica-se que as condições são análogas entre as duas pesquisas e entre o lapso temporal não foram constatadas mudanças estruturais quanto à acessibilidade nesses locais.

Nota-se assim, uma negligencia em não cumprimento da legislação vigente acerca da acessibilidade. Tal situação tem favorecido a permanência de barreiras arquitetônicas como também apontam os estudos de Seron, Arruda e Gregueol (2015). A manutenção dessas condições desfavorece a prática

massiva do esporte paraolímpico e o surgimento de futuros atletas, deixando de ser uma opção a quem queira realizar um esporte paraolímpico com atitude de lazer.

Somente oito praticantes de esporte adaptados foram encontrados realizando atividades e apenas no local C2. Todos eram do sexo masculino, tinham idade entre 21 e 45 anos, e foram classificados socioeconomicamente nas classes A e B. Todos praticavam o esporte basquete sobre rodas.

A quantidade pequena de praticantes pode ser justificada pela pouca divulgação da oferta dessa modalidade, aliado a um suporte aos interessados quanto a mobilidade urbana. Os entrevistados participavam de um projeto da Prefeitura local que oferecia a modalidade basquete sobre rodas duas vezes por semana. Quanto à escolaridade, dois possuíam fundamental incompleto, um possuía fundamental completo, quatro tinham ensino médio completo e apenas um possuía ensino superior.

Apenas três não trabalhavam. Dos que trabalhavam, dois eram bancários, um atendente e dois acumulavam duas funções, sendo atendente e desenhista e atendente e porteiro, realizavam uma carga horária semanal entre 30 e 70 horas semanal.

Todos apresentavam alterações funcionais motoras, sendo quatro de origem congênita (um com má formação de membros inferiores, um com paralisia cerebral e dois com mielomeningocele); dois tiveram origem em decorrência de acidente com motocicleta resultando em paraplegia, um de trombose em membro inferior e um com seqüela de poliometelite.

Os entrevistados apresentavam alterações funcionais importantes, fato que limitava o grau de funcionalidade; no entanto, se dispuseram a praticar o esporte. Notava-se, presente no grupo, uma disposição em enfrentar os desafios da falta de acessibilidade, mobilidade urbana, limitações física e trabalho, para frequentar os treinamentos semanais, sem a qual não haveria praticantes. Opostamente, a disposição para incentivar o esporte paraolímpico (de rendimento ou lazer) trazendo melhorias e acessibilidades aos locais da prática era pequena, fato esse que pode explicar a ausência de prática de pessoas com deficiência na quase totalidade dos locais observados.

Quando questionados sobre o tempo de prática da modalidade, o resultado variou de três meses a 18 anos, portanto uma média de sete anos e meio. Seis entrevistados já tinham participado de eventos esportivos e apenas dois nunca o haviam feito. Entre os eventos em que participaram estavam Jogos Regionais, Jogos Abertos, Campeonato Paulista e Circuito Loterias Caixa. Apesar do tempo de prática ser considerável e suficiente para que melhores condições fossem oferecidas, pouca coisa se vê no campo de ações de incentivo público para esta prática.

Entre os objetivos citados pelos entrevistados para praticar a modalidade, em grau de importância foram elencados: 1) participar de competições, 2) pretensão de ser jogador profissional, 3) socialização e superação da deficiência, 4) gosto por competição, 5) gosto por esportes e superação da deficiência, 6) qualidade de vida, 7) lazer, 8) socialização e saúde. Percebe-se o desejo de praticar o esporte paralímpico de alto rendimento lidera a preferência.

Sobre outras modalidades que gostariam que fossem oferecidas no local, foram citadas as modalidades: futebol, vôlei, handebol, hand bike e atletismo.

Entre as dificuldades encontradas pelos praticantes na realização das atividades esportivas estavam a acessibilidade, seguida por falta de equipamentos, mobilidade urbana e falta de estrutura, o que corrobora com estudos apresentados na revisão, ainda que exista legislação vigente acerca da acessibilidade, esse direito não é garantido.

De acordo com Critério de Classificação Econômica Brasil – CCEB, aplicado aos participantes numa escala de A1, A2, B1, B2, C, D, E, o grupo pesquisado ficou entre A2 (um sujeito), B1 (cinco sujeitos) e B2 (dois sujeitos). Um ponto importante nessa questão é que na zona que engloba os entrevistados, se faz necessário possuir pelo menos um veículo automotor, fato esse que implica diretamente na prática do esporte. Assim, percebe-se que os poucos participantes de práticas esportivas ou de lazer adaptados nesse Município, pertencem a classe economicamente favorecidas e que, embora a cidade tenha praças esportivas nas diferentes regiões da cidade, as classes menos favorecidas não estão sendo contempladas.

4 Considerações Finais

A visita aos parques mostrou que nenhum deles é totalmente acessível, sendo que o maior nível de acessibilidade estava localizado na região central. Os principais problemas encontrados foram falta de sinalização tátil, piso antiaderente, comunicação em braile, vestiários, sanitários adaptados e vagas especiais de estacionamento. Os locais visitados não estavam em condições adequadas para receber pessoas com deficiência com fins de praticar esportes. Mesmo com normas e legislação existente sobre o tema, não se foram vistas consequências de ações efetivas para cumprí-las.

O esporte praticado foi o basquete sobre rodas, por um grupo de oito indivíduos que almejavam a profissionalização e competições de alto rendimento. Não foram vistas ações para promoção do esporte de base ou da prática de esporte de lazer em diferentes setores da cidade. De um lado havia um grupo de pessoas que praticavam o esporte, almejavam evoluir e queriam conhecer outras modalidades, por outro lado, existia um latifúndio de praças e parques públicos sem condições de receber uma pessoa com deficiência que desejasse praticar um esporte paraolímpico, seja para lazer ou rendimento.

Estes dados apontam que, apesar da existência de leis, que asseguram o direito à prática esportiva de pessoas com deficiência e a eliminação de barreiras arquitetônicas, estas ainda são um grande obstáculo para o desenvolvimento do esporte adaptado na cidade.

5 Referências

ABEL, T.; SCHNEIDER, S.; PLATEN, P.; STRUDER, HK. Performance diagnostics in handbiking during competition. **Spinal Cord**. v. 44, n.4, p. 211-216, 2006.

ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. **CCEB – critério de classificação econômica no Brasil**. Disponível em: <http://www.abep.org/novo/Content.aspx?ContentID=139>. Acesso em 15 set 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS NBR 9050. **Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificação, espaço mobiliário e equipamentos urbanos**. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro: ABNT, 1994.

AZZINI, E P. **Espaços e equipamentos públicos de lazer esportivo: acessibilidade da pessoa com deficiência – o caso de Piracicaba**. 2013. 105f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade Metodista de Piracicaba.

BAILEY, S. *Athlete first: A history of the Paralympic Movement*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2008.

BRASIL. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência. **Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989**. Brasília, DF: 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L7853.htm>. Acesso em 04 ago. 2018.

_____. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Lei nº 13146 de 06 de julho de 2015**. Brasília, DF: 2015. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 04 mai. 2018.

FURMANIUK, L.; CYWINSKA-WASILEWSKA, G.; KACZMAREK D. Influence of long-term wheelchair rugby training on the functional abilities in persons with tetraplegia over a two-year post-spinal cord injury. **J Rehabil Med**. v. 42, n. 7, p. 688-690, Jul, 2010.

HANSON, C.S.; NABAVI, D.; YUEN, H.K. The effect of sports on level of community integration as reported by persons with spinal cord injury. **Am J Occup Ther.** v. 55, n. 3, p. 332-338, May-Jun, 2001.

HARADA, C.M.; SIPERSTEIN, G.N. The sport experience of athletes with intellectual disabilities: A national survey of Special Olympics athletes and their families. **Adapted Physical Activity Quarterly.** v. 26, n. 1, p. 68-85, 2009.

HETTINGA, D.M.; ANDREWS, B.J. Oxygen consumption during functional electrical stimulation-assisted exercise in persons with spinal cord injury: implications for fitness and health. **Sport Med.** v. 38, n. 10, p. 825-838, 2008.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000.** Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Brasil em síntese: Cidades.** Brasília, 2015.

LAMÔNICA, D.A.C.; ARAUJO-FILHO, P.; SIMOMELLI, S.B.J.; CAETANO, V.L.S.B.; REGINA, M.R.R.; REGIANI, D.M. **Acessibilidade em ambiente universitário:** identificação de barreiras arquitetônicas no campus da USP de Bauru. *Rev. Bras. Ed. Esp.* v.14, n.2, p.177 – 188, maio/agosto, 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MCVEIGH, S.A.; HITZIG, S.L.; CRAVEN, B.C. Influence of sport participation on community integration and quality of life: a comparison between sport participants and non-sport participants with spinal cord injury. **J Spinal Cord Med.** v. 32, n. 2, p. 115-124, 2009.

DE MELLO, M T.; WINCKLER, C. **Esporte Paralímpico.** São Paulo: Atheneu, 2012.

SERON, B.B.; ARRUDA, G.A.; GREGUOL, M. Facilitadores e barreiras percebidas para prática de atividades físicas por pessoas com deficiência motora. **Rev Bras Ciênc Esporte.** v.37, n.3, p.214-221, 2015.

SILVA, J.V.P.; et al. Acessibilidade às pessoas com deficiência física e visual no Parque esportivo Itanhangá. **Motricidade.** v. 8, n. 2, p. 249-258, 2012.

SILVA, M.C.R.; OLIVEIRA, R.J.; CONCEIÇÃO, M.I.G. Efeitos da natação sobre a independência funcional de pacientes com lesão medular. **Rev Bras Med Esporte.** v. 11, n. 4, p. 251-256, jul/ago, 2005.

TAGLIARI, C.; TRÊS, F.; OLIVEIRA, S.G. Análise da acessibilidade dos portadores de deficiências físicas nas escolas da rede pública de Passo Fundo-RS e o papel do Fisioterapeuta no ambiente escolar. **Neurociências,** v.14, n.1, Jan/mar, 2006.

TOLOCKA, R.E.; DE MARCO, A. Efeitos Fisiológicos de Exercícios Físicos em Pessoas com Lesão Medular. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde.** v. 4, n. 1, p. 63-68, 1996.

TOLOCKA, R.E.; FERREIRA, E.L.; RIED, B. **Subsídios para competições oficiais de dança esportiva em cadeira de rodas.** Campinas: CBD CR, 2003.

WINNICK, J. P. **Adapted Physical Education and Sport.** 5 ed. Champaign: **Human Kinetis,** 1990.